

- **24/3** - Previsão de retomada do julgamento do TSE que pode cassar Castro
- **26 a 29/3** - Conferência Internacional Antifascista. Porto Alegre (RS)

Servidores estaduais fizeram bonito no dia 18/3, com paralisação e ato unificado pela recomposição

VICENTE SARAIVA

No dia 18 de março, o Sepe e o conjunto do funcionalismo estadual realizaram paralisação de 24 horas contra o calote do governador Cláudio Castro nas duas parcelas da recomposição que deixaram de ser pagas (2023 e 2024).

Os servidores se concentraram no Largo do Machado pela manhã e, de lá, saíram em passeata até o Palácio Guanabara para exigir de Castro o cumprimento do acordo da recomposição fei-

to com a Alerj ainda em 2021. Os servidores também reivindicam reajuste dos últimos três anos (o último foi em 2023, de 5,35%).

Chegando ao Palácio, com um caixão do governador, os servidores lembraram das acusações de desvio de verbas e escândalos como o do CEDERJ e CEDAE e as operações do Rioprevidência no banco Master, que torraram quase R\$ 1 bilhão dos recursos do pagamentos de mais de 245 mil aposentados e pensionistas. ■

LUÍZ PAULO CORREA/SEPE

GUSTAVO SIXEL/SEPE



FOTOS: 1. Servidores carregam caixão do governador. 2. Faixa em defesa da Previdência. 3. Funcionários da terceirizada Positiva cobram direitos. 4. Passeata na Rua das Laranjeiras.

PRÓXIMOS PASSOS: EDUCAÇÃO VAI PARAR DE NOVO NO DIA 9 DE ABRIL, COM ASSEMBLEIA E ATO NA ALERJ

No dia 09/4, os profissionais da rede estadual farão nova paralisação de 24 horas na luta por valorização. Neste dia, a categoria realiza assembleia geral (às 10h, local a confirmar) e protesto na ALERJ. Na véspera, 08/4, está agendada nova audiência com a Seeduc.

A paralisação foi aprovada na assembleia da rede estadual de 07/3, que também decidiu fazer atos e agitações em 1º de Abril, ligando o "Dia da Mentira" ao governador. Segundo o Sepe-Dieese, para que os salários da Educação em 1º de fevereiro retornassem ao poder de compra de 1º de julho de 2014, o reajuste necessário precisaria ser de 56,74% (IPCA).



Nova secretária de Educação, Luciana Calaça, se reuniu com o Sepe

NOVA AUDIÊNCIA COM A SEEDUC ESTÁ AGENDADA PARA O DIA 8 DE ABRIL

DIVULGAÇÃO/SEEDUC

O Sepe teve audiência, no dia 21 de fevereiro, com a nova secretária de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Luciana Calaça. Na reunião, Calaça se comprometeu a discutir com a Fazenda a pauta econômica reivindicada pelo Sepe, incluindo a implementação do Piso Nacional do Magistério e o pagamento das parcelas de reajuste salarial acertadas com a ALERJ. O Sepe irá cobrar da SEEDUC esse compromisso, pois o próprio governador disse, em março que não irá reajustar os salários dos servidores – não aceitaremos mais um ano de calote (leia a matéria da página 3).

No dia 04 de março, ocorreu uma segunda reunião com a SEEDUC, com a subsecretária de Gestão de Ensino, Daniela Pereira Vasques, quando foi discutida principalmente a pauta pedagógica. Já está agendada uma nova audiência com a SEEDUC para o dia 8 de abril. ■

LEIA NO SITE

www.seperj.org.br



(05/03) Sepe se reúne com a SEEDUC para discutir a pauta pedagógica da categoria



Secretária Luciana Calaça (ao centro, de óculos), na reunião com a direção do SEPE-RJ

PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS NAS DUAS REUNIÕES

CIEP Ayrton Senna e C.E. José Leite Lopes (NAVE):

Sepe denunciou a situação da estrutura elétrica de duas unidades, com graves problemas. A secretária disse que está ciente da situação e que iria intervir para solucionar os problemas, o que foi feito de forma parcial, gerando novos protestos no CIEP Ayrton Senna.

Diário Eletrônico: a Seeduc emitiu resolução revogando o Diário Eletrônico.

Corregedoria: está sendo reestruturada, de acordo com a secretária. As situações de perseguição política e demissões, segundo ela, serão reavaliadas.

Matriz Curricular: haverá diálogo com a rede para construir a matriz curricular de 2027, com reuniões periódicas. A SEEDUC pretende apresentar um plano

inicial para começar a discussão.

Calendário: o sindicato também abor- dou o calendário da rede estadual.

Animação cultural: o GT da Animação Cultural será reativado.

Inclusão: será feita uma revisão dos contratos do programa de inclusão; também será realizada uma reunião com a Superintendência da Educação Especial. Sobre os Cuidadores de Pessoas com Deficiência (PCD), será rescindido o contrato com a Positiva e todos os trabalhadores serão recon- tratados por outra empresa.

Saúde do professor: SEEDUC infor- mou que está formando equipes para desenvolver um plano de trabalho com as demandas da categoria. ■

Reinício do julgamento do piso nacional ainda não teve a data marcada pelo STF

Tendo em vista a circulação na internet de postagens sobre o suposto reinício do julgamento do Tema 1218 (sobre a incidência do piso do magistério nos planos de carreira) pelo plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir do dia 20 de março, o Sepe informa que não existe previsão oficial de retomada deste julgamento nesta ou em qualquer outra data. A constatação foi feita após consulta do Jurídico do Sepe junto à movimentação do processo no Tribunal.

Lembramos que o julgamento foi iniciado em 12 de dezembro e, após o voto do relator, o ministro Cristiano Zanin, foi suspenso no dia 16 de dezembro por pedido de vista do ministro Dias Toffoli, que se encontra com o processo em seu poder.

Pelo regimento, ele tem até 90 dias para liberar o processo, ou seja, até, aproximadamente, 7 de maio, considerando o recesso e as férias do judiciário. Ministro, devolva o processo do piso. A Educação tem pressa! ■



Fala de Castro sobre a recomposição, dizendo que não iria ceder, revoltou servidores e engrossou a passeata

GUSTAVO SIXEL/SEPE

“EU NÃO CEDI ATÉ AGORA E NÃO VOU CEDER”

CLÁUDIO CASTRO

Um tema presente na maioria dos discursos no dia 18/3 foi um vídeo com fala do governador, no qual ele afirma que não cederá a recomposição dos servidores. Em entrevista ao portal RLAGOS, em Iguaba Grande no dia 05/03, ele afirmou “não cedi até agora e não cederei”, recusando-se a pagar as parcelas restantes da recomposição das perdas de 2017 a 2021, da qual foi paga somente a primeira (13,05%, de 26%). Ou seja, Castro se recusa a cumprir lei aprovada na ALERJ em acordo feito por ele mesmo. O vídeo (no instagram do Sepe) gerou revolta dos servidores, que levaram um caixão ao ato.

A VERDADE: GOVERNO NÃO ESTÁ IMPEDIDO DE PAGAR A RECOMPOSIÇÃO SALARIAL

Castro mente ao alegar limitações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para não conceder o reajuste. Isso porque o estado tem uma margem com pessoal de cerca de R\$ 4 bilhões disponíveis no orçamento de 2026 para a recomposição. O custo da recomposição de 13,05% que dei-



xou de ser paga seria de menos de R\$ 3 bilhões - sobriaria até para reajuste das perdas de 2025.

Além disso, o governo já violou o Regime de Recuperação Fiscal 47 vezes desde 2022, prova de que, quando o governador quer, o estado tem dinheiro para gastar, mas não para fazer justiça com o funcionalismo.

Não podemos esquecer que Castro enviou quase R\$ 1 bilhão do Rioprevidência ao Banco Master, colocando em risco o pagamento das aposentadorias. Para isso, ele cedeu! ■



Após pedido de vista, julgamento do TSE que pode cassar Cláudio Castro pode ser retomado no dia 24/3

PAM CAMPOS/SEPE TERESÓPOLIS



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) retomou em 10 de março o julgamento do processo que pode cassar o mandato do governador Cláudio Castro (PL) por abuso de poder político e econômico na campanha eleitoral de 2022.

Neste dia, o ministro Antônio Carlos Ferreira acompanhou a relatora, a ministra Maria Isabel Gallotti. Com isso, o placar ficou 2 a 0 pela cassação e inelegibilidade. Em seguida, Nunes Marques, do STF

e indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, pediu vista. Com isso, o julgamento foi suspenso e deve ser retomado em 24 de março, para os cinco votos que faltam. Também podem ser cassados o ex-vice Thiago Pampolha, o deputado Rodrigo Bacellar e Gabriel Lopes, do CEPERJ.

Castro é um desastre e quer renunciar ao cargo para se candidatar ao Senado. Quando fechávamos esta edição, notícias indicavam que sairia no dia 23/3. ■

Mulheres da Educação participaram do ato do 8M na Praia de Copacabana

Drone: @sampaiogabriel_

O Sepe, juntamente com profissionais das redes públicas do estado do Rio de Janeiro e aposentadas da Educação, fez parte da grande manifestação na Praia de Copacabana pelo 8 de Março (8M), Dia Internacional de Luta da Mulher. O Sepe participou com representações de vários núcleos municipais e regionais do sindicato, que levaram adesivos (ao lado), bandeiras e cartazes. Mais de 80 entidades, reunindo sindicatos, movimentos populares, organizações feministas e parlamentares participaram do ato na Praia de Copacabana. ■



LEIA NO SITE



(04/03) Nota do Sepe sobre estupro coletivo contra estudante em Copacabana

(05/03) Secretaria de Gênero e Defesa dos Direitos LGBTQIAPN+ do Sepe lança edital para mural artista 8M

JURÍDICO DO SEPE PRODUZ BOLETIM SOBRE ANDAMENTO DAS AÇÕES DA REDE ESTADUAL

O Departamento Jurídico do Sepe produziu um boletim especial, com um resumo da situação das principais ações do sindicato que tramitam na Justiça em defesa dos profissionais da rede estadual. Ao todo, são 15 ações, com pautas diversas como Nova Escola, Interníveis e Piso do Magistério. O objetivo é informar a categoria sobre as ações, facilitando o acesso ao andamento dos processos e o estágio de cada um.

Em alguns casos, o texto também alerta para ações que o profissional que pode ser beneficiado deve fazer. O setor também produziu boletim semelhante com informe das ações da rede municipal do Rio de Janeiro.

Leia e faça o download deste material pelo QR-CODE ao lado.



TIRA-DÚVIDAS: AÇÃO DO RET

O Jurídico apresenta esclarecimentos após dúvidas de profissionais que buscam incorporar a Gratificação do Regime Especial de Trabalho (RET) na aposentadoria.

Por que só quem se aposentou nos últimos 5 anos pode entrar com a ação?

Resposta: Pela Lei, não é possível cobrar do governo valores que já passaram de 5 anos. Se a pessoa se aposentou há mais de 5 anos não dá mais tempo de pedir a mudança no valor da aposentadoria.

O servidor que trabalhou no RET por menos de um ano pode pedir para incluir esse valor na aposentadoria e receber valores atrasados?

Resposta: Pela Lei 1614/90, artigo 47, parágrafo 4º, só é possível incluir 20% da gratificação do RET para cada ano completo trabalhado nesse regime, até 100%. Ou seja, se o servidor não completou pelo menos um ano de RET, ele não pode entrar com a ação para pedir esse direito.



SINDICATO ESTADUAL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
Rua Evaristo da Veiga, 55, Centro,
Rio de Janeiro, RJ. CEP 20031-040
Recepção: (21) 2195-0450.
Departamento Jurídico: (21) 2195-0457/0458
(Agendar atendimento, 11h às 16h).

www.seperj.org.br

instagram.com/sepe_rj
facebook.com/Seperj
youtube.com/SepeRJoficial
twitter.com/RjSepe



Sindicalize-se